

Resumo

Desde a vivência como professora universitária, no curso de filosofia da UECE, e de seu papel na construção de um Estado democrático é que refletiremos sobre a relação entre o professor de filosofia e a ação política. Para fundamentarmos a referida discussão utilizaremos a filosofia de Hannah Arendt (1906-1975), em especial a obra *A condição Humana* (1958), com o intuito de pensar que a atividade intelectual não descarta o agir político. O esforço se volta para uma compreensão da pluralidade própria da vida política. O professor de filosofia não deve se perder no isolamento para pensar a esfera pública, mas participar da vida em comunidade e se posicionar enquanto agente político. O pensamento arendtiano nos põe a semelhança entre a ação docente e a ação política, ambas pressupõem o diálogo, espaço público e pluralidade.

Palavras-chave: Filosofia. Hannah Arendt. Professor. Ação Política.

Abstract: THE PHILOSOPHY TEACHER AND THE POLITICAL ACTION

With the experience as a university professor in the philosophy course of UECE, and its role in the construction of a democratic state, we will reflect on the relationship between the professor of philosophy and political action. To support this discussion we will use the philosophy of Hannah Arendt (1906-1975), especially the work *The Human Condition* (1958), in order to think that intellectual activity does not rule out political action. The effort turns to an understanding of the plurality proper to political life. The professor of philosophy must not be lost in isolation to think the public sphere, but to participate in community life and position itself as a political agent. Arendtian thought brings us the similarity between teaching action and political action, both presuppose dialogue, public space and plurality.

Keywords: Philosophy. Hannah Arendt. Teacher. Political Action.

¹ Mestra em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e doutoranda em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Atualmente é professora substituta do curso de Licenciatura em Filosofia da UECE.

RESUMEN: EL PROFESOR DE FILOSOFÍA Y LA ACCIÓN POLÍTICA

Desde la experiencia como profesor universitario en el curso de filosofía de la UECE, y su papel en la construcción de un estado democrático, reflexionaremos sobre la relación entre el profesor de filosofía y la acción política. Para apoyar esta discusión usaremos la filosofía de Hannah Arendt (1906-1975), especialmente el trabajo *The Human Condition* (1958), para pensar que la actividad intelectual no descarta la acción política. El esfuerzo se convierte en una comprensión de la pluralidad propia de la vida política. El profesor de filosofía no debe perderse aislado para pensar en la esfera pública, sino para participar en la vida comunitaria y posicionarse como un agente político. El pensamiento arendtiano nos trae la similitud entre la acción docente y la acción política, ambas presuponen el diálogo, el espacio público y la pluralidad.

Palabras clave: Filosofía. Hannah Arendt. Profesor. Acción política.

1. INTRODUÇÃO

A ideia desse artigo começou desde uma reflexão sobre o processo de formação de professores para a educação básica. Refletindo sobre essa questão, penso também na minha atividade como formadora, portanto, também é um processo de autoformação. Na constituição da minha identidade como docente, logo percebi que essa atividade não está circunscrita somente ao ministrar aulas, mas que ensinar, sobretudo, é um ato político. Essa concepção na qual visa a prática docente como um ato político já é encontrada em diversos autores, incluindo Paulo Freire² (1921-1997), mas a partir da minha vivência essa concepção se tornou, cada vez mais, presente por meio das reflexões geradas nas reuniões do fórum de supervisores de filosofia da Universidade Estadual do Ceará

O fórum de supervisores de filosofia da UECE foi pensado pelo Professor Dr. João Emiliano Fortaleza de Aquino com o intuito de refletir sobre a formação dos licenciandos e dos professores em exercício. Tive a oportunidade de ter sido a primeira coordenadora desse fórum que hoje tem suas atividades continuadas sob a coordenação da Profa. Dra. Elizabeth Furtado. O contexto político-pedagógico para o surgimento do fórum se voltou, inicialmente, para o desenvolvimento de uma política de estágios com o intuito de repensar a formação dos professores, a partir do princípio que educar é um ato político.

Os encontros do fórum são realizados no Centro de Humanidade da UECE no último sábado de cada mês. É importante destacar a relevância das atividades do fórum e os impactos positivos na formação dos professores de filosofia e, conseqüentemente, a valorização das práticas de estágio. Então uma das principais reflexões coletivas se refere ao ensino de filosofia como ação política. Principalmente, no âmbito universitário, essa discussão precisa ser feita, pois estamos formando os futuros professores que atuaram na educação básica.

Segue-se que temos por intuito refletir sobre a relação entre o professor de filosofia e a ação política. Para tanto, fundamentaremos a referida discussão na obra de Hannah Arendt (1906-1975), sobretudo, em três textos, a saber: *A condição Humana* (1958), *Só permanece a língua materna* (1964) e *A crise na Educação* (1957). Vale salientar que o nosso objetivo não é fazer uma exegese do pensamento de Hannah Arendt, mas a partir de alguns elementos de sua obra entender a relação entre o professor de filosofia e a ação política. O esforço se volta para a compreensão de como o professor, sendo um agente político, contribui para o desenvolvimento de uma sociedade democrática que resguarda a pluralidade própria da vida política.

Hannah Arendt, pensadora do século XX, tornou-se conhecida pelo seu empreendimento em entender o seu tempo e suas tensões. Escreveu,

² Sobre o assunto ver: FREIRE, Paulo. *Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

principalmente, livros e ensaios, voltados para a compreensão das condições que dão conta de entender a constituição do mundo político. Estamos falando de situações-limite, em referência a terminologia de Karl Jaspers (1883-1969), que a fez pensar com mais agudeza as questões políticas que estão relacionadas as experiências de dor e de sofrimento, vivenciadas mediante os terrores da guerra. Foi uma refugiada e estruturou seus textos, tendo em vista a construção de um mundo plural, no qual fosse possível o diálogo e a convivência com diferentes posições assumidas pelos agentes políticos. Nesse sentido, é imprescindível entender alguns momentos da sua vida e de que forma isso influenciou diretamente na produção de seus escritos.

Hannah Arendt foi uma pensadora controversa, pois não se enquadrava em nenhum espectro político, nem de direita e nem de esquerda. A pensadora, de acordo com Celso Lafer (2001, p.13), ousou pensar “sem o apoio de instituições e de tradições consolidadas. Daí uma das características do seu modo de ser”. Seu olhar em relação à realidade era arguto sem deixar de lado a perspectiva da construção de um mundo comum. É notório o esforço que Arendt empreendeu para pensar o presente e suas crises “questionando os motivos que conduzem o ser humano a abdicar da capacidade de pensar” (CORTÉS, 2016, p.195).

Não sou especialista em Hannah Arendt, mas gostaria de apresentar a minha experiência intelectual em relação ao seu pensamento, tendo como foco a postura política assumida por ela, diante do tratamento que a filosofia deu em relação às questões políticas, principalmente no que diz respeito aos regimes totalitários. Minha ideia não é fazer uma exegese do pensamento de Hannah Arendt, mas levantar alguns pontos que nos conduziram a pensar o nosso papel como professoras e professores de filosofia hoje e elencar

elementos que nos auxiliam a entender o porquê da negação da “filosofia” como posição política em Hannah Arendt.

A educação de Hannah Arendt foi laica e durante a sua infância conviveu com muitos artistas e políticos. Mesmo com essa vivência plural, sua mãe, em muitos momentos, a orientou em relação aos ataques antisemitas. Vale salientar que Arendt escutou frequentemente de sua mãe que “não se deve abaixar a cabeça. É preciso defender-se.” (ARENDR, 1993, p.129). Outro momento bastante significativo de sua vida está relacionado a sua ida à Universidade de Heidelberg, na qual conclui sua tese de doutoramento. Sua tese foi orientada por Karl Jaspers que, posteriormente, tornou-se seu grande amigo, e foi intitulada O conceito de amor em Agostinho. Além de ter sido aluna de Jaspers, foi também aluna de Heidegger e, por conta disso sua formação filosófica foi marcada pela fenomenologia e pela filosofia da existência³. Com a guerra, Hannah Arendt foge da Alemanha e vai para a França, onde é capturada para um campo de internamento, em 1940. Quando a Alemanha invadiu a França, Arendt conseguiu escapar e, finalmente, foi para os Estados Unidos.

A partir dessa breve introdução, o leitor poderá compreender melhor o que levou Hannah Arendt a negar ser chamada de “filósofa” e como pensa a educação, a partir da visão que essa deve ser fornecedora de condições para a constituição de mundo comum e plural. Segue-se que o pensamento arendtiano nos põe a semelhança entre a ação docente e a ação política, ambas pressupõem o diálogo, espaço público e pluralidade.

3: Os principais momentos em que Hannah Arendt teve contato com a filosofia da existência foi durante o período em que permaneceu na Universidade de Marburg (a partir de 1924), e posteriormente na Universidade de Heidelberg (a partir de 1926). Em Marburg, a pensadora assistiu os cursos ministrados por Martin Heidegger. Por sua vez, na Universidade de Heidelberg, Arendt foi aluna do filósofo Karl Jaspers. A principal influência encontrada nos escritos de Hannah Arendt, tendo em vista a filosofia da existência, voltam-se para a compreensão do homem diante de situações-limite. De acordo com Karl Jaspers é nas situações-limite “que se enraizam as outras situações-limite que afetam a Existência do sujeito: a luta, a culpabilidade, a morte e o sofrimento” (PERDIGÃO, 2001, p.546).

2. A NEGAÇÃO DA “FILOSOFIA” COMO AÇÃO POLÍTICA EM HANNAH ARENDT

Para avançarmos um pouco mais sobre a posição de Hannah Arendt em relação aos intelectuais alemães, destacaremos uma entrevista concedida à TV alemã a Günter Gaus, em 1964, que foi intitulada: Só permanece a língua materna. Nessa entrevista Hannah Arendt é questionada por Gaus:

Günter Gaus: Hannah Arendt, você é a primeira mulher a aparecer nesta série. É também a primeira a exercer uma profissão que habitualmente se imagina reservada aos homens, pois você é filósofa. A partir dessa observação preliminar, eis minha pergunta: o seu papel no círculo dos filósofos parece-lhe uma coisa estranha, apesar do reconhecimento e do respeito que desfruta, ou será que estamos abordando um problema de emancipação que nunca existiu para você?

Hannah Arendt: Receio ter que protestar logo de saída: não pertenço ao círculo de filósofos. Meu ofício – para me exprimir de uma maneira geral – é a teoria política. Não me sinto em absoluto uma filósofa, nem creio que seria aceita no círculo dos filósofos, ao contrário do que você afirma com tanta amabilidade. Mas vamos à outra questão levantada por sua observação preliminar: você diz que a filosofia é habitualmente ofício dos homens. Certo. Mas nem por isso é necessário que esse estado de coisas subsista: algum dia poderíamos muito bem ter uma mulher filósofa... (ARENDR, 1993, p.123)

Os seus escritos possuem uma metodologia eminentemente filosóficos⁴. Então porque Hannah Arendt não se sente pertencente a esse círculo de filósofos? E que filosofia é essa que ela não gostaria de estar associada? O entrevistador deixa claro que a considera uma filósofa e Hannah Arendt retruca preferindo ser chamada de teórica política. A própria Arendt expõe que gostaria de “focalizar a política com olhos, por assim dizer, depurados de qualquer filosofia” (ARENDR, 1993, p.124).

A maior preocupação da pensadora não é exercer uma influência em relação aos seus pares, mas compreender as condições de possibilidade do fazer político, e para tanto é preciso viver no mundo

pautado pelas relações humanas. E a filosofia, em muitos momentos, distanciou-se dessas relações para pensar justamente o político, o que para ela pareceu um tanto contraditório. Um dos momentos mais alarmantes se deu no regime nazista: “o problema pessoal não era tanto o que os nossos inimigos faziam, mas o que faziam os nossos amigos” (ARENDR, 1993, p.132).

Hannah Arendt viveu em um ambiente intelectual e a duras penas percebeu que a adesão de muitos de seus companheiros ao regime nazista se tornou uma regra e a mesma deixou a Alemanha com a ideia que não deveria compactuar com isso: “Deixei a Alemanha dominada por essa ideia, naturalmente um pouco exagerada: nunca mais! Nunca mais nenhuma conversa de intelectuais me atingirá: não quero mais lidar com essa sociedade” (ARENDR, 1993, p.132). Arendt confrontou-se com uma filosofia acadêmica que se distanciava cada vez mais da realidade, a partir disso fundamentou uma crítica no que diz respeito a incapacidade de muitos intelectuais, da época, de julgarem a própria realidade, aderindo assim ao regime nazista. Por isso, preferia ser chamada de teórica política a filósofa, embora Karl Jaspers considerasse complicada essa posição, pois seus escritos são fundamentalmente filosóficos.

Havia uma tensão clara entre a filosofia e a atividade política. Alguns filósofos, por meio da atividade intelectual, distanciam-se da teia de relações que constituem a esfera política descartando, assim “a ação política como menos significativa que a contemplação” (FRY, 2010, p.16).

Em muitos momentos, Arendt defendeu que a atividade que envolve o pensamento “nasce da experiência vivida e a ela deve retornar por meio da ação a qual é vista como um ato de nascimento do mundo” (CORTÉS, 2016, p.204). Essa adesão de muitos dos seus companheiros ao nazismo causou-lhe uma grande decepção e contribuiu, juntamente com a sua própria vivência em relação ao nazismo, para que a questão judaica se tornasse uma questão

4.: De acordo com Courtine-Dénamy (1994), Hannah Arendt não era afeita a rótulos, mas por conta da insistência de um aluno, sobre a sua posição diante dos debates filosóficos, a mesma se identificou como uma fenomenóloga. O principal objetivo de Hannah Arendt foi compreender o fio que liga a experiência vivida ao pensamento. Assim, “Arendt vai, pois, esforçar-se por pensar fenomenologicamente e atividade da mente, primeiro sob a forma do Querer, depois, devido ao conflito do pensamento e da vontade, fazendo intervir uma outra ‘faculdade misteriosa’: o Julgar” (COURTINE-DÉNAMY, 1994, p.153)

primordial, questão essa que foi desenvolvida em suas obras. Assim, Hannah Arendt buscou resgatar o papel da ação na esfera política e a sua natureza multifacetada. Frequentemente, Hannah Arendt utilizou como método a busca do significado original do termo que estava sendo discutido com intuito de perceber a evolução que perpassou o referido conceito durante a história, ou seja, um olhar hermenêutico e fenomenológico sobre os eventos passados e isso não foi diferente com o conceito de ação política. Mais do que isso: como o conceito de política pode ser pensado em associação, principalmente, ao nazismo.

A pergunta que Arendt se fez diz respeito justamente aos elementos que tornaram possíveis a existência de um regime totalitário. O totalitarismo é um fenômeno sui generis que difere de qualquer tirania política. De um modo geral, as tiranias tipicamente são mais pragmáticas no que se refere à promoção de um governante isolado, por sua vez nos regimes totalitários são promovidas a ideia de que é preciso sacrificar seus interesses pessoais em prol de uma ideologia que porventura assegura uma “unidade” nacional. Em relação à estrutura hierárquica podemos dizer que nas tiranias todo o sistema funciona com o intuito de aumentar o poder do tirano, enquanto nos regimes totalitários o nível de burocratização é muito maior de forma a criar indivíduos subservientes ao governo.

As tiranias são marcadas pelo terror e se direcionam na eliminação de seus oponentes políticos. O terror também está presente nos regimes totalitários, mas o mesmo se apresenta de uma outra forma. Os indivíduos são alvejados por informações referentes a uma grande conspiração mundial que ameaça a unidade nacional e, desse modo, esses indivíduos, com o tempo, perdem os parâmetros para diferenciar as informações falsas das verdadeiras. “Os regimes totalitários insistem na infalibilidade da força do líder para controlar a sociedade e a história, enquanto, concomitantemente, mantêm a impotência da pessoa comum” (FRY, 2010, p.41). Uma das principais consequências desse tipo de

regime é que as pessoas perdem a capacidade de julgar a sua própria realidade, fazendo coisas que seriam contra uma moralidade, justificando-se que são ordenadas e apoiadas pelo regime. Torna-se anulada a capacidade de se ver na perspectiva do outro, como foi no caso de Eichmann. Nesse sentido, a formação de juízos políticos é esfacelada. No caso do nazismo “a política se volta contra si mesma e não mais diz respeito ao bem comum das pessoas” (FRY, 2010, p.22).

A partir dos elementos abordados voltamos para questão que levantamos nesse artigo: o porquê de Hannah Arendt negar uma certa filosofia como afirmação de uma ação política e como essa perspectiva, a de ação política, volta-se para a educação? Arendt, como foi dito se decepcionou com os intelectuais alemães que aderiram ao regime e não enxergaram as brutalidades cometidas pelo regime nazista. O que a indignou, principalmente, foi a incapacidade de reagir diante tais barbaridades. Vale também destacar que o pensamento não é menos importante que a ação política, mas aponta, especialmente, para esse último, pois o pensamento deve em algum momento retornar à realidade.

Essa perspectiva se sustenta a partir da leitura que a pensadora tem da relação entre o público e o privado. Na obra *A condição humana* Arendt tratou de três conceitos fundamentais para entender essa relação, conceitos esses que podemos remontar à Antiga Grécia: labor, fabricação e ação⁵. De um modo geral, o labor está ligado à subsistência a nível biológico, enquanto a fabricação está associada ao desenvolvimento de técnicas, ou seja, a produção de objetos. Já a ação, uma das características mais humanas, está vinculada ao político, a vida em comunidade. É por meio da ação que se dá a construção do mundo, da cultura e dos valores. As duas primeiras categorias, o labor e a fabricação, são identificadas por Arendt a esfera privada, já a última, a ação, compõe a esfera pública.

Vale salientar que, para Hannah Arendt, os conceitos público e privado são analisados a partir da pólis,

5. Sobre o assunto ver: MAGALHÃES, Theresa Calvet de. A atividade humana do trabalho [Labor] em Hannah Arendt. Revista Ensaio, São Paulo, n.º 14, p.131-168, 1985.

pois nessa as esferas eram distintas⁶. A esfera privada dizia respeito ao mundo particular, da família, onde os indivíduos buscavam a sobrevivência, a manutenção da vida. Somente os indivíduos que estavam livres das necessidades de subsistência, ou seja, possuíam as condições de manter a vida sem precisar se subjugar a um outro é que podiam participar da assembleia onde eram decididos os assuntos públicos, ou seja, comuns a toda cidade. Essa assembleia tinha como princípio o fato dos cidadãos, indivíduos que participavam tinham as mesmas condições de igualdade, eram livres e assim podiam fazer uso da sua fala, do seu discurso, livremente, pois não estavam subjugados a nenhuma necessidade de sobrevivência, ou melhor não estavam subjugados a nenhum senhor. Em outras palavras, a casa seria o espaço privado, um espaço de proteção, enquanto a esfera pública é o espaço de liberdade, na qual os cidadãos da pólis cuidariam dos interesses comuns, e para isso, se utilizavam-se da persuasão e do debate.

Na modernidade, essa separação entre o público e privado foi certo modo perdida. E o social se caracteriza justamente pela indistinção dessas duas esferas. Desse modo, a crise decorrente da sociedade de massas esfacelou a existência de um mundo comum e produziu a conformidade, em vez de dar espaço para a pluralidade:

Desde o advento da sociedade, desde a admissão das atividades domésticas e da administração do lar no domínio público, uma das principais características do novo domínio tem sido uma irresistível tendência a crescer, a devorar os domínios mais antigos do político e do privado, bem como a esfera da intimidade, instituídas mais recentemente. (ARENDRT, 2010, p.55).

A crise que atinge o mundo moderno é a crise da indistinção entre esfera privada e esfera pública. Segundo Arendt, essa crise está relacionada com o advento da esfera social que valoriza a vida biológica e a subsistência como o bem mais supremo; mais é também a crise da perda da tradição e com isso de um sentido comum que unia toda a humanidade num só projeto levando como consequência a perda

da autoridade e da responsabilidade no mundo moderno.

Além disso, Arendt não tem o intuito de restaurar um ideal de vida antigo, no qual essas esferas eram distintas, mas entender a partir desses conceitos o papel fundamental da ação política, ou seja, pensar a política como um espaço de debates, opiniões divergentes, em outras palavras, um espaço antitotalitário. É importante deixar claro que a ação política depende do conceito de pluralidade. Em outras palavras, a ação política é comunicacional e se faz no debate com outras pessoas de opiniões divergentes. A ação diz respeito ao compromisso do homem com o mundo em que vive. Para entendermos melhor a relação entre a crise do mundo moderno, a educação e o conceito de ação, em Hannah Arendt, é necessário nos voltarmos para o ensaio - A crise na educação.

3. A EDUCAÇÃO E AÇÃO POLÍTICA

Segue-se que a crise na educação, é apresentada por Arendt, como um sintoma de uma crise mais ampla que atingiu o mundo moderno justamente com a indistinção entre a esfera privada e a esfera pública, com a perda da autoridade e da responsabilidade que estão ligadas diretamente com a crise da tradição, ou seja, da nossa atitude face ao passado.

O problema, segundo Hannah Arendt, é que diante da crise que enfrentamos no mundo moderno, aqui se entenda o século XX, como guerras, inflação, terrorismo etc., dificilmente damos a uma crise na educação a seriedade devida e acabamos reduzindo-a a um problema local que diz respeito somente a esfera da educação e sem estabelecer a conexão adequada entre os problemas enfrentados na educação com as transformações sofridas em outras esferas do mundo. Essas transformações no mundo moderno repõem a necessidade de compreender o papel da educação que é de transmissão e conservação de um mundo comum, quando agora, na modernidade, já não é mais possível uma tradição comum.

6. É importante destacarmos que a análise que Hannah Arendt fez acerca da pólis não tem um caráter historiográfico. "Ela também não entende que essa experiência política possa tornar-se uma proposta política para a atualidade, como se fosse possível ou desejável realizar uma 'nova pólis'. [...] Há aspectos nela que podem, por exemplo, servir de contraponto à sociedade moderna de massas, além de nos ajudar a pensar determinadas possibilidades humanas que, na experiência moderna, ficaram encobertas" (ALMEIDA, 2011, p.30-31).

Antes de avançarmos é importante termos em mente o conceito de mundo comum para a pensadora. O mundo comum não é somente o espaço físico que nos cerca, mas esse conceito pode ser entendido como aquilo que foi construído através do trabalho e das ações humanas. O mundo comum se caracteriza também como um espaço de convivência, ou seja, “depende fundamentalmente da possibilidade de comunicação entre as pessoas” (ALMEIDA, 2011, p.26). Em outras palavras, o mundo, na perspectiva arendtiana não se refere ao mundo natural, da vida biológica. Esse conceito se refere ao mundo artificial constituído pelos costumes, cultura e artifícios produzidos/criados pelo homem, na sua atividade, o qual precisa ser apresentado àquele que é novo e que, portanto, desconhece esse mundo artificial constituído pela obra e a ação humana.

Assim a crise na educação não é um fenômeno isolado ou local sem conexões com as principais questões do século; ela é um sintoma de uma crise mais ampla; mas antes de entrar ou estabelecer o que é essa crise é preciso ter claro que para Arendt o fato de estarmos vivendo uma crise na educação não é motivo para desespero ou falta de esperança, pois toda crise nos traz a oportunidade de um novo começo. É preciso que compreendamos que uma crise significa o fato de que os antigos conceitos/preconceitos precisam ser revistos, pois eles não são mais suficientes para dar conta de uma nova realidade que se apresenta no mundo moderno. A crise na educação é o “reflexo” da crise que acometeu o mundo moderno: crise da autoridade, da tradição, da política, do espaço público, da responsabilidade que invade a esfera pré-política da educação. Antes de entrarmos nessa discussão é preciso que façamos alguns esclarecimentos.

O primeiro esclarecimento é a distinção entre política e educação no pensamento de Hannah Arendt. É preciso fazer uma clara distinção entre o que é educação e o que é política, para assim compreender a educação como uma esfera pré-política que antecede a política, mas que é também necessária a política, pois é na esfera da educação que preparamos os indivíduos para a atividade

política. Ou seja, a educação é o espaço de transição entre a esfera privada/família e a esfera pública/estado/vida comum. Além disso, a necessidade de estabelecer a distinção entre educação e política se deve ao fato de que na educação, diferentemente da política, não estamos tratando de iguais, ou seja, a relação entre professor e aluno, segundo Arendt, é uma relação desigual que tende a ser superada, mas que devido aos papéis sociais diferentes que ocupam esses dois atores sociais não tem uma relação pautada pela igualdade, onde se pressupõem que os indivíduos tenham as mesmas capacidades, formação e poder de decisão, ou seja, autonomia.

Apesar de ser considerada uma zona de transição que deve ser superada; a relação entre professor e aluno é uma relação de autoridade e não política. Na educação o professor é o representante do mundo que existe e sua autoridade consiste na sua responsabilidade diante do aluno e do mundo.

o educador está aqui em relação ao jovem como representante de um mundo pelo qual deve assumir a responsabilidade [...] Essa responsabilidade não é imposta arbitrariamente aos educadores; ela está implícita no fato de que os jovens são introduzidos por adultos em um mundo em contínua mudança. Qualquer pessoa que se recuse a assumir a responsabilidade coletiva pelo mundo não deveria ter crianças, e é preciso proibi-la de tomar parte em sua educação. (ARENDR, 2009, p.239).

A educação é aquela esfera onde o professor apresenta ao indivíduo “novo” o mundo que já existe, segue-se que o professor é o representante do “mundo velho”, que existe antes da chegada dos novos e nisto consiste a sua autoridade. Sua responsabilidade pela conservação do mundo comum diante dos novos que surgem, mas também sua responsabilidade pela apresentação do mundo que existe aos novos, possibilitando a estes se inserirem nesse mundo e o mais fundamental, mantendo a possibilidade que algo novo surja com a inserção de novos personagens nesse mundo velho. Então o educador é aquele que assume a tarefa de apresentar o mundo aos “novos”. Nesse sentido, o professor torna possível a criação de um vínculo entre os “novos” e o mundo e sua autoridade, de acordo com Arendt, fundamenta-se justamente

nessa responsabilidade que foi assumida. Assim o papel do educador não se resume em ser somente um mero mediador entre os “novos” e o mundo. Essa autoridade se assenta no fato de que os educadores possuem uma dupla responsabilidade, a saber: “ele é responsável pela educação de seus alunos, mas também faz parte de seu papel assumir, diante deles, a responsabilidade pelo mundo” (ALMEIDA, 2011, p.39).

Na educação não se trata de transformar o mundo, isso é reservado a esfera política, mas antes conservar o mundo mantendo a possibilidade da existência do novo. Isso só é possível protegendo a criança do mundo que ela ainda não conhece e apresentando aos jovens o mundo que existe, que é o nosso mundo, fazendo-os compreender o que é esse mundo. Estabelecemos, assim, uma relação de pertença com esse mundo, ou seja, salvamos o mundo comum de sua destruição, mas também mantemos a possibilidade de que algo novo surja, pois se não existe um mundo comum a ser comunicado aqueles que surgem no mundo, esses não podem se sentir ligados ou pertencendo a este mundo que corre o risco de deixar de existir.

A responsabilidade, que não é culpa, advém do fato de que nascemos no mundo e para o mundo e postos diante dele, somos responsáveis por ele, mesmo não sendo culpados por aquilo que acontece nele. Assumir a responsabilidade pelos novos é assumir a inalienável e coletiva responsabilidade pelo mundo. “A educação é o ponto em que decidimos se amamos a o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável não fosse a renovação e a vinda dos novos e do jovens” (ARENDR, 2009, p.247). Os professores, incluindo os de filosofia, devem pensar esse momento crítico como uma oportunidade única para a reflexão. Ou seja, os professores, por meio da educação, devem pensar condições para a existência desse mundo comum pautado no diálogo, não distante da comunidade e das relações humanas, mas sim partindo delas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Arendt crítica veementemente os filósofos que se apartaram do mundo comum “visto que o pensamento filosófico e a reflexão acerca de questões metafísicas exigem a solidão, um risco político da profissão de filósofo é perder-se no isolamento e pensar a política como um modo de proteger a quietude necessária para seu trabalho e para assegurar a liberdade de abster-se completamente da política” (FRY, 2010, p.22). Essa dicotomia criada entre a vida ativa e a vida contemplativa, de acordo com Arendt, presente na tradição filosófica, foi iniciada por Platão que expressa sua insatisfação em relação à política por conta da execução de Sócrates. Segue-se daí que as vivências políticas foram ignoradas em benefício de uma teorização distanciada do próprio mundo.

É importante deixarmos claro que Hannah Arendt não nega que a ação política possa ser pensada pelos filósofos, mas os mesmos devem levar em consideração os diversos posicionamentos apresentados pelo povo e participarem da vida política. Como professora Hannah Arendt não estava preocupada em formar “discípulos” ou pessoas que simplesmente reproduzissem o que ela dizia, mas preocupava-se com a aprendizagem que deveria ser pautada pelas trocas de opiniões e de experiências. Além disso, Hannah Arendt nos ensina que todos aqueles que tenham a sua dignidade alguma vez atacada devem se posicionar. A ação política é a mais humana das atividades e sua meta se volta para a construção de um mundo comum pautado na liberdade e isso deve ser um dos principais objetivos da educação, o exercício da autonomia. Assim o professor de filosofia não deve se perder no isolamento para pensar a esfera pública, mas participar da vida em comunidade e se posicionar enquanto agente político.

Por isso é tão importante o desenvolvimento de grupos como o Fórum de supervisores de Filosofia da UECE. O fórum pode ser pensado como um mecanismo que possibilita refletir justamente a construção de um mundo comum, por meio da educação, mais especificamente, por meio do ensino de filosofia.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Vanessa Sievers de. **Educação em Hannah Arendt**: entre o mundo deserto e o amor ao mundo. São Paulo: Cortez, 2011.
- ARENDT, H. Só permanece a língua alemã. In: _____. **A dignidade da política**: ensaios e conferências. Antônio Abranches (org.). Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.
- _____. A crise na educação. In _____. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- _____. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- CORTÉS, Olga Nancy P. Hannah Arendt: tessituras de um percurso. In: _____. **Filósofas**: a presença das mulheres na filosofia. Porto Alegre: Editora Fi, 2016.
- COURTINE-DÉNAMY, Sylvie. **Hannah Arendt**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.
- FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné-Bissau**: registros de uma experiência em processo. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- LAFER, Celso. Reflexões de um antigo aluno de Hannah Arendt sobre o conteúdo, a recepção e o legado de sua obra, no 25º aniversário de sua morte. **Revista da Faculdade de Direito da UFRGS**, v.19, março/2001. pp11-17
- FRY, Karin A. Compreender Hannah Arendt. Petrópolis: Vozes, 2010.
- MAGALHÃES, Theresa Calvet de. A atividade humana do trabalho [Labor] em Hannah Arendt. **Revista Ensaio**, São Paulo, n.º 14, p.131-168, 1985.
- PERDIGÃO, Antônia Cristina. A filosofia existencial de Karl Jaspers. **Análise Psicológica**, 4 (XIX), p. 539-557, 2001.